

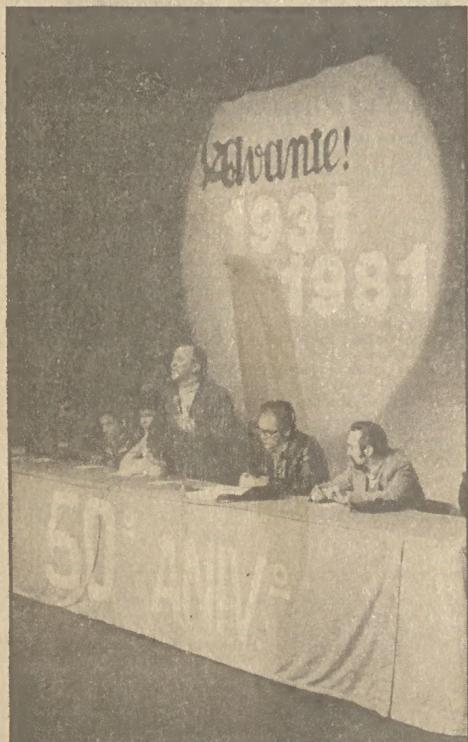
## Contra o Governo Balsemão por uma alternativa democrática



Ávaro Cunhal, ladeado de Vitor Dias e Carlos Brito, responde aos jornalistas no decorrer da conferência de imprensa em que foram divulgadas as conclusões da reunião do CC

«Contra o Governo Balsemão, por uma alternativa democrática», é o título da importante Resolução Política saída da última reunião do Comité Central do PCP. Foram igualmente aprovados documentos sobre a revisão constitucional, o poder local, a organização do Partido e o 60.º aniversário. No próximo dia 21 de Junho realizar-se-á uma Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local, que terá lugar no concelho de Almada.

Notícia na pág. 3  
Documentos em Suplemento



Dias Lourenço, no Teatro Aberto, juntamente com outros obreiros do «Avante!» clandestino: o passado, o presente e o futuro do órgão central do PCP



Dezenas de iniciativas  
assinalarão em Lisboa  
o 60.º aniversário

## Meio século do «Avante!»

- Sessões, debates e exposições em diversas localidades
- Felicitações chegadas de vários pontos do País e do estrangeiro
- Fraternalis mensagens de jornais irmãos

Pág. 8

Semana de luta  
em Lisboa e Porto

**Fim  
ao aumento  
dos produtos  
e bens  
de primeira  
necessidade!**

Pág. 5



A classe operária e os trabalhadores soviéticos encaram o futuro com confiança e optimismo. O XXVI Congresso marcará uma importante etapa na construção da sociedade comunista



Os comunistas  
e o povo  
soviéticos  
preparam  
o XXVI Congresso  
do PCUS

Ávaro Cunhal chefiará a delegação do PCP presente no XXVI Congresso do PCUS, cujos trabalhos se iniciam segunda-feira.

Além do secretário-geral, farão parte da delegação Jaime Félix, suplente do Secretariado do CC, e José Mestre Soeiro, suplente do CC

Pág. 6







da Constituição e sendo uma espécie de memória histórica (ou «certidão de nascimento») da Constituição, não faz qualquer sentido alterá-la. Quanto aos **Princípios Fundamentais**, o PCP não toma a iniciativa de propor alterações. Admitindo que algumas disposições possam ser objecto de alterações, o PCP opta-se-a por não fazer alterações que desvirtuem a substância dos princípios fundamentais ou que se proponham introduzir na Constituição elementos altamente consensuais (como seria por exemplo a consagração de **«sanguns»** (sacos de sangue) como critério exclusivo de atribuição de cidadania, ou explícita previsão de adesão a CEB).

Em matéria de **direitos fundamentais**, o PCP deverá apresentar algumas propostas de alteração visando: a) limitar a discricionabilidade legislativa na criação de deveres aos cidadãos; b) prevenir excessivamente a protecção do direito à capacidade civil e a cidadania; c) reforçar as garantias de direito de defesa e de limitação da herança legislativa no domínio da criação de penas e medidas de segurança; d) reforçar o direito de acção ampliando as áreas em que todos os cidadãos podem levar perante os tribunais a defesa de interesses colectivos; e) reforçar as garantias de independência e pluralismo do comunicação social do Estado; f) conferir a estrutura de direitos fundamentais a disposições que hoje estão configuradas apenas como obrigações do Estado (caso da defesa do património cultural, etc.).

Admitindo naturalmente a possibilidade de outros aperfeiçoamentos, o PCP opta-se-a contudo a qualquer proposta que vise a diminuição das garantias dos direitos fundamentais, incluindo os direitos dos trabalhadores e das suas organizações (designadamente, direito a greve, liberdade sindical e direito de associação sindicais e das Comissões de Trabalhadores, tutela económica, seja através da introdução de uma cláusula geral admitindo a sua restrição por via nacionalizadora, seja através de introdução de mecanismos de controlo de gestões) seja através da sua desconstituição. Assim, quanto ao **Presidente da República**, as alterações propostas pelo PCP visam exclusivamente preencher lacunas do texto constitucional em relação a ser apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP, no momento adequado, na Assembleia da República, bem como manifestar desde já a sua oposição às propostas para marcar a data das eleições presidenciais e a sua oposição a uma situação de desactualização da Lei Fundamental. Segundo, tendo conquistado a maioria na AR, o Governo, procuraram criar na prática uma situação inconstitucional, ignorando e desactualizando completamente a Constituição da República, aplicaram uma política ilegal, anticonstitucional e antidemocrática, visando destruir a Lei Fundamental, e desenvolveram uma guerra institucional apontando no curto prazo para a subversão do regime e das instituições democráticas.

Terceiro, prepararam o assalto à Presidência da República e a liquidação inconstitucional do CR para, a partir do monopólio dos órgãos do poder e por via de referendo inconstitucional e de pressões e chantagens sobre o PS e outras forças políticas, promoverem a destruição completa da Constituição da República e do regime democrático.

Quanto ao **Organismo do Poder Político**, as propostas de revisão do PCP norteiam-se por dois objectivos fundamentais: a) aperfeiçoamento do sistema de Governo misto de dependência simultânea do Governo perante o Presidente da República e a Assembleia da República, com a manutenção dos poderes do Presidente da República, mas com o reforço dos poderes da Assembleia da República perante o Governo; b) no caso do Conselho da Revolução vir a ser extinto, manutenção da institucionalização do papel objectivo dos militares na vida política nacional, impedindo ao mesmo tempo a governamentalização e por via desta a partidantização das Forças Armadas.

Assim, quanto ao **Presidente da República**, as alterações propostas pelo PCP visam exclusivamente preencher lacunas do texto constitucional em relação a ser apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP, no momento adequado, na Assembleia da República, bem como manifestar desde já a sua oposição às propostas para marcar a data das eleições presidenciais e a sua oposição a uma situação de desactualização da Lei Fundamental. Segundo, tendo conquistado a maioria na AR, o Governo, procuraram criar na prática uma situação inconstitucional, ignorando e desactualizando completamente a Constituição da República, aplicaram uma política ilegal, anticonstitucional e antidemocrática, visando destruir a Lei Fundamental, e desenvolveram uma guerra institucional apontando no curto prazo para a subversão do regime e das instituições democráticas.

Terceiro, prepararam o assalto à Presidência da República e a liquidação inconstitucional do CR para, a partir do monopólio dos órgãos do poder e por via de referendo inconstitucional e de pressões e chantagens sobre o PS e outras forças políticas, promoverem a destruição completa da Constituição da República e do regime democrático.

Quanto ao **Presidente da República**, as alterações propostas pelo PCP visam exclusivamente preencher lacunas do texto constitucional em relação a ser apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP, no momento adequado, na Assembleia da República, bem como manifestar desde já a sua oposição às propostas para marcar a data das eleições presidenciais e a sua oposição a uma situação de desactualização da Lei Fundamental. Segundo, tendo conquistado a maioria na AR, o Governo, procuraram criar na prática uma situação inconstitucional, ignorando e desactualizando completamente a Constituição da República, aplicaram uma política ilegal, anticonstitucional e antidemocrática, visando destruir a Lei Fundamental, e desenvolveram uma guerra institucional apontando no curto prazo para a subversão do regime e das instituições democráticas.

Terceiro, prepararam o assalto à Presidência da República e a liquidação inconstitucional do CR para, a partir do monopólio dos órgãos do poder e por via de referendo inconstitucional e de pressões e chantagens sobre o PS e outras forças políticas, promoverem a destruição completa da Constituição da República e do regime democrático.

Quanto ao **Presidente da República**, as alterações propostas pelo PCP visam exclusivamente preencher lacunas do texto constitucional em relação a ser apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP, no momento adequado, na Assembleia da República, bem como manifestar desde já a sua oposição às propostas para marcar a data das eleições presidenciais e a sua oposição a uma situação de desactualização da Lei Fundamental. Segundo, tendo conquistado a maioria na AR, o Governo, procuraram criar na prática uma situação inconstitucional, ignorando e desactualizando completamente a Constituição da República, aplicaram uma política ilegal, anticonstitucional e antidemocrática, visando destruir a Lei Fundamental, e desenvolveram uma guerra institucional apontando no curto prazo para a subversão do regime e das instituições democráticas.

A derrota da «AD» e do seu candidato nas eleições de 7 de Dezembro veio barrar bruscamente o caminho a reacção, derrotando estrondosamente o seu plano subversivo. Mas a direita, representada essencialmente pelo PSD e pelo CDS, não desistiu dos seus objectivos e, embora derrotada, persiste nas suas propostas que, sob a capa de reverter a Constituição da República, visam de facto subvertê-la e substituí-la por uma nova Constituição contra a República e contra a democracia portuguesa.

A pretensão de retirar a alegada «carga ideológica» da Constituição pretendem eliminar dela todas as barreiras contra a restauração do poder económico e político dos monopolistas e latifundiários, designadamente suprimindo todas as referências ao socialismo como objectivo, eliminando todos os entraves a reconstrução dos monopólios e do latifúndio e excluindo os direitos dos trabalhadores e das suas organizações dos limites materiais de criação de deveres aos cidadãos; b) prevenir excessivamente a protecção do direito à capacidade civil e a cidadania; c) reforçar as garantias de direito de defesa e de limitação da herança legislativa no domínio da criação de penas e medidas de segurança; d) reforçar o direito de acção ampliando as áreas em que todos os cidadãos podem levar perante os tribunais a defesa de interesses colectivos; e) reforçar as garantias de independência e pluralismo do comunicação social do Estado; f) conferir a estrutura de direitos fundamentais a disposições que hoje estão configuradas apenas como obrigações do Estado (caso da defesa do património cultural, etc.).

Admitindo naturalmente a possibilidade de outros aperfeiçoamentos, o PCP opta-se-a contudo a qualquer proposta que vise a diminuição das garantias dos direitos fundamentais, incluindo os direitos dos trabalhadores e das suas organizações (designadamente, direito a greve, liberdade sindical e direito de associação sindicais e das Comissões de Trabalhadores, tutela económica, seja através da introdução de uma cláusula geral admitindo a sua restrição por via nacionalizadora, seja através de introdução de mecanismos de controlo de gestões) seja através da sua desconstituição. Assim, quanto ao **Presidente da República**, as alterações propostas pelo PCP visam exclusivamente preencher lacunas do texto constitucional em relação a ser apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP, no momento adequado, na Assembleia da República, bem como manifestar desde já a sua oposição às propostas para marcar a data das eleições presidenciais e a sua oposição a uma situação de desactualização da Lei Fundamental. Segundo, tendo conquistado a maioria na AR, o Governo, procuraram criar na prática uma situação inconstitucional, ignorando e desactualizando completamente a Constituição da República, aplicaram uma política ilegal, anticonstitucional e antidemocrática, visando destruir a Lei Fundamental, e desenvolveram uma guerra institucional apontando no curto prazo para a subversão do regime e das instituições democráticas.

Terceiro, prepararam o assalto à Presidência da República e a liquidação inconstitucional do CR para, a partir do monopólio dos órgãos do poder e por via de referendo inconstitucional e de pressões e chantagens sobre o PS e outras forças políticas, promoverem a destruição completa da Constituição da República e do regime democrático.

Quanto ao **Organismo do Poder Político**, as propostas de revisão do PCP norteiam-se por dois objectivos fundamentais: a) aperfeiçoamento do sistema de Governo misto de dependência simultânea do Governo perante o Presidente da República e a Assembleia da República, com a manutenção dos poderes do Presidente da República, mas com o reforço dos poderes da Assembleia da República perante o Governo; b) no caso do Conselho da Revolução vir a ser extinto, manutenção da institucionalização do papel objectivo dos militares na vida política nacional, impedindo ao mesmo tempo a governamentalização e por via desta a partidantização das Forças Armadas.

Assim, quanto ao **Presidente da República**, as alterações propostas pelo PCP visam exclusivamente preencher lacunas do texto constitucional em relação a ser apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP, no momento adequado, na Assembleia da República, bem como manifestar desde já a sua oposição às propostas para marcar a data das eleições presidenciais e a sua oposição a uma situação de desactualização da Lei Fundamental. Segundo, tendo conquistado a maioria na AR, o Governo, procuraram criar na prática uma situação inconstitucional, ignorando e desactualizando completamente a Constituição da República, aplicaram uma política ilegal, anticonstitucional e antidemocrática, visando destruir a Lei Fundamental, e desenvolveram uma guerra institucional apontando no curto prazo para a subversão do regime e das instituições democráticas.

Terceiro, prepararam o assalto à Presidência da República e a liquidação inconstitucional do CR para, a partir do monopólio dos órgãos do poder e por via de referendo inconstitucional e de pressões e chantagens sobre o PS e outras forças políticas, promoverem a destruição completa da Constituição da República e do regime democrático.

Quanto ao **Presidente da República**, as alterações propostas pelo PCP visam exclusivamente preencher lacunas do texto constitucional em relação a ser apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP, no momento adequado, na Assembleia da República, bem como manifestar desde já a sua oposição às propostas para marcar a data das eleições presidenciais e a sua oposição a uma situação de desactualização da Lei Fundamental. Segundo, tendo conquistado a maioria na AR, o Governo, procuraram criar na prática uma situação inconstitucional, ignorando e desactualizando completamente a Constituição da República, aplicaram uma política ilegal, anticonstitucional e antidemocrática, visando destruir a Lei Fundamental, e desenvolveram uma guerra institucional apontando no curto prazo para a subversão do regime e das instituições democráticas.

Terceiro, prepararam o assalto à Presidência da República e a liquidação inconstitucional do CR para, a partir do monopólio dos órgãos do poder e por via de referendo inconstitucional e de pressões e chantagens sobre o PS e outras forças políticas, promoverem a destruição completa da Constituição da República e do regime democrático.

Quanto ao **Presidente da República**, as alterações propostas pelo PCP visam exclusivamente preencher lacunas do texto constitucional em relação a ser apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP, no momento adequado, na Assembleia da República, bem como manifestar desde já a sua oposição às propostas para marcar a data das eleições presidenciais e a sua oposição a uma situação de desactualização da Lei Fundamental. Segundo, tendo conquistado a maioria na AR, o Governo, procuraram criar na prática uma situação inconstitucional, ignorando e desactualizando completamente a Constituição da República, aplicaram uma política ilegal, anticonstitucional e antidemocrática, visando destruir a Lei Fundamental, e desenvolveram uma guerra institucional apontando no curto prazo para a subversão do regime e das instituições democráticas.

da República. «AD» não tem na Assembleia da República a maioria de dois terços necessária à aprovação de qualquer alteração à Constituição. Foi isso, a aprovação de dois terços necessária à aprovação de qualquer alteração à Constituição, que o PCP conseguiu demonstrar ser capaz de responder às condições, reacções que querem desferir contra a Lei Fundamental.

A batalha em defesa da Constituição não se deve limitar à Assembleia da República, aos grupos parlamentares, as direcções dos partidos. Todos os membros da Assembleia da República, aos grupos parlamentares, as direcções dos partidos, todos os portugueses, todo o povo português, têm um papel importante a desempenhar, expressando a sua opinião e lutando firmemente a fim de garantir que a revisão da Constituição não se converta numa nova acção desestabilizadora e subversiva.

A classe operária, os trabalhadores e os portugueses e para a independência nacional. A classe operária, os trabalhadores e os portugueses defendem com firmeza a Constituição de Abril e lutam para que qualquer eventual revisão seja feita em condições de igualdade e de respeito por todos os interesses do povo democrático, para a defesa dos interesses do povo português e para a independência nacional.

Uma classe operária, os trabalhadores e os portugueses defendem com firmeza a Constituição de Abril e lutam para que qualquer eventual revisão seja feita em condições de igualdade e de respeito por todos os interesses do povo democrático, para a defesa dos interesses do povo português e para a independência nacional.

Uma classe operária, os trabalhadores e os portugueses defendem com firmeza a Constituição de Abril e lutam para que qualquer eventual revisão seja feita em condições de igualdade e de respeito por todos os interesses do povo democrático, para a defesa dos interesses do povo português e para a independência nacional.

Uma classe operária, os trabalhadores e os portugueses defendem com firmeza a Constituição de Abril e lutam para que qualquer eventual revisão seja feita em condições de igualdade e de respeito por todos os interesses do povo democrático, para a defesa dos interesses do povo português e para a independência nacional.

Uma classe operária, os trabalhadores e os portugueses defendem com firmeza a Constituição de Abril e lutam para que qualquer eventual revisão seja feita em condições de igualdade e de respeito por todos os interesses do povo democrático, para a defesa dos interesses do povo português e para a independência nacional.

Uma classe operária, os trabalhadores e os portugueses defendem com firmeza a Constituição de Abril e lutam para que qualquer eventual revisão seja feita em condições de igualdade e de respeito por todos os interesses do povo democrático, para a defesa dos interesses do povo português e para a independência nacional.

Uma classe operária, os trabalhadores e os portugueses defendem com firmeza a Constituição de Abril e lutam para que qualquer eventual revisão seja feita em condições de igualdade e de respeito por todos os interesses do povo democrático, para a defesa dos interesses do povo português e para a independência nacional.

Uma classe operária, os trabalhadores e os portugueses defendem com firmeza a Constituição de Abril e lutam para que qualquer eventual revisão seja feita em condições de igualdade e de respeito por todos os interesses do povo democrático, para a defesa dos interesses do povo português e para a independência nacional.

Uma classe operária, os trabalhadores e os portugueses defendem com firmeza a Constituição de Abril e lutam para que qualquer eventual revisão seja feita em condições de igualdade e de respeito por todos os interesses do povo democrático, para a defesa dos interesses do povo português e para a independência nacional.

da República. «AD» não tem na Assembleia da República a maioria de dois terços necessária à aprovação de qualquer alteração à Constituição. Foi isso, a aprovação de dois terços necessária à aprovação de qualquer alteração à Constituição, que o PCP conseguiu demonstrar ser capaz de responder às condições, reacções que querem desferir contra a Lei Fundamental.

A batalha em defesa da Constituição não se deve limitar à Assembleia da República, aos grupos parlamentares, as direcções dos partidos. Todos os membros da Assembleia da República, aos grupos parlamentares, as direcções dos partidos, todos os portugueses, todo o povo português, têm um papel importante a desempenhar, expressando a sua opinião e lutando firmemente a fim de garantir que a revisão da Constituição não se converta numa nova acção desestabilizadora e subversiva.

A classe operária, os trabalhadores e os portugueses defendem com firmeza a Constituição de Abril e lutam para que qualquer eventual revisão seja feita em condições de igualdade e de respeito por todos os interesses do povo democrático, para a defesa dos interesses do povo português e para a independência nacional.

Uma classe operária, os trabalhadores e os portugueses defendem com firmeza a Constituição de Abril e lutam para que qualquer eventual revisão seja feita em condições de igualdade e de respeito por todos os interesses do povo democrático, para a defesa dos interesses do povo português e para a independência nacional.

Uma classe operária, os trabalhadores e os portugueses defendem com firmeza a Constituição de Abril e lutam para que qualquer eventual revisão seja feita em condições de igualdade e de respeito por todos os interesses do povo democrático, para a defesa dos interesses do povo português e para a independência nacional.

Uma classe operária, os trabalhadores e os portugueses defendem com firmeza a Constituição de Abril e lutam para que qualquer eventual revisão seja feita em condições de igualdade e de respeito por todos os interesses do povo democrático, para a defesa dos interesses do povo português e para a independência nacional.

Uma classe operária, os trabalhadores e os portugueses defendem com firmeza a Constituição de Abril e lutam para que qualquer eventual revisão seja feita em condições de igualdade e de respeito por todos os interesses do povo democrático, para a defesa dos interesses do povo português e para a independência nacional.

Uma classe operária, os trabalhadores e os portugueses defendem com firmeza a Constituição de Abril e lutam para que qualquer eventual revisão seja feita em condições de igualdade e de respeito por todos os interesses do povo democrático, para a defesa dos interesses do povo português e para a independência nacional.

Uma classe operária, os trabalhadores e os portugueses defendem com firmeza a Constituição de Abril e lutam para que qualquer eventual revisão seja feita em condições de igualdade e de respeito por todos os interesses do povo democrático, para a defesa dos interesses do povo português e para a independência nacional.

Uma classe operária, os trabalhadores e os portugueses defendem com firmeza a Constituição de Abril e lutam para que qualquer eventual revisão seja feita em condições de igualdade e de respeito por todos os interesses do povo democrático, para a defesa dos interesses do povo português e para a independência nacional.

Uma classe operária, os trabalhadores e os portugueses defendem com firmeza a Constituição de Abril e lutam para que qualquer eventual revisão seja feita em condições de igualdade e de respeito por todos os interesses do povo democrático, para a defesa dos interesses do povo português e para a independência nacional.

# SUPLEMENTO

## Documentos aprovados na Reunião Plenária do Comité Central do PCP de 13/14 Fev. 1981

- O PCP contra o Governo Balsemão, por uma alternativa democrática
- Conferência do PCP sobre o Poder Local
- Sobre a revisão constitucional
- Sobre problemas da organização
- Sobre o 60.º aniversário do PCP













